

**AO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO -
COREN/SP**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

EVOLUE SERVIÇOS LTDA, com sede em SCN Quadra 05 BL A, Torre Norte, Asa Norte, Brasília/DF, CEP:70715-900, inscrita no CNPJ sob o nº 26.699.784/0001-81, neste ato representada por sua representante legal infra-assinada, vem, tempestivamente, apresentar

CONTRARRAZÕES EM SEDE DE RECURSO ADMINISTRATIVO,

interpostos simultaneamente por **PROSEG ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA; AQUA MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO; SAOC CONSULTORIA EM SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO LTDA.**

1. BREVE RESUMO

Trata-se de Pregão Eletrônico nº 001/2024, visando a contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho com a finalidade de elaboração, atualização, revisão, acompanhamento, coordenação de laudos e outros documentos técnicos, assessorias e serviços afins.

Nesse sentido, tendo apresentado **TODOS** os documentos conforme estabelecido em Edital, a **EVOLUE SERVIÇOS** seguiu para as etapas posteriores do certame. Entretanto, no decorrer do procedimento, as Recorrentes indicadas acima foram desclassificadas pelo Pregoeiro.

Assim, as mesmas recorreram de suas respectivas desclassificações, indicando supostas irregularidades na habilitação da **EVOLUE SERVIÇOS LTDA**. Motivo pelo qual, seguem as explicações a seguir:

2. DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS E DA CERTIDÃO DE INSOLVÊNCIA CIVIL

No decorrer do Recurso interposto pela Aqua Meio Ambiente Solicitou-se a desclassificação da EVOLUE SERVIÇOS por não apresentação dos dois últimos balanços patrimoniais e da certidão de insolvência civil. Entretanto, o referido argumento não merece prosperar, uma vez que o balanço apresentado já conta os índices dos dois últimos anos, tendo em vista que o saldo inicial do calendário do ano de 2022 é o saldo final de 2021.

Ocorre que o edital de nº001/2024, prevê o seguinte:

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta 1.751/2014, do Secretário da RFB e da PGFN.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.13. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso de trate de sociedade simples.

Conforme infere-se da imagem acima, não foi exigida um número de balanços ou um determinada forma para apresentação das informações solicitadas a título de habilitação financeira. Não tendo sido requeridos documentos complementares de tal natureza por parte do pregoeiro.

Já quanto ao tópico 8.18 do Edital em questão, o qual solicita uma Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede, basta informar que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios não expede

este documento. Assim, não há razão para arguir pela falta de uma Certidão que sequer existe.

Voltando se a questão do balanço Patrimonial, salienta-se ainda que as duas colunas presentes no documento remetem aos anos de 2021 e 2022, conforme depreende-se a seguir:

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO | | | |
|--|------|--------------------|------------------|
| <div> <div>Entidade:</div> <div>EVOLUE SERVICOS LTDA</div> </div> <div> <div>Período da Escrituração:</div> <div>01/01/2022 a 31/12/2022</div> <div>CNPJ:</div> <div>26.699.784/0001-81</div> </div> <div> <div>Número de Ordem do Livro:</div> <div>7</div> </div> <div> <div>Período Selecionado:</div> <div>01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022</div> </div> | | | |
| Descrição | Nota | Saldo anterior | Saldo atual |
| (+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | R\$ 2.071.568,39 | R\$ 2.626.750,19 |
| Receitas de Serviços Prestados | | R\$ 2.071.568,39 | R\$ 2.626.750,19 |
| Serviços Prestados a Vista | | R\$ 1.272.943,09 | R\$ 2.534.933,99 |
| Serviços Prestados a Prazo | | R\$ 798.625,30 | R\$ 91.816,20 |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| (-) (-) CUSTO DOS PRODUTOS OU MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS | | R\$ (38.930,28) | R\$ (137.059,77) |
| (-) Custos das Mercadorias Vendidas | | R\$ (38.930,28) | R\$ (137.059,77) |
| (-) Compras à Vista | | R\$ (30.338,28) | R\$ (118.262,71) |
| (-) Compras à Prazo | | R\$ (8.592,00) | R\$ (18.797,06) |
| (-) (-) DESPESA OPERACIONAL | | R\$ (1.591.974,54) | R\$ (539.448,92) |
| (-) Outras Despesas Operacionais | | R\$ (1.782.621,41) | R\$ (539.448,92) |
| (-) Outras Despesas Operacionais | | R\$ (1.770.518,03) | R\$ (539.448,92) |
| (+/-) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| (-) PROVISÕES PARA CSLL E IR | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| (-) PARTICIPAÇÕES | | R\$ (251.906,06) | R\$ 0,00 |
| (=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO | | R\$ 188.757,51 | R\$ 1.950.241,50 |

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 9C.C8.DA.0C.12.69.67.27.27.92.4E.25.F6.87.42.D7.D4.73.74.B4-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

| BALANÇO PATRIMONIAL | | | |
|--|------|------------------|------------------|
| <div> <div>Entidade:</div> <div>EVOLUE SERVICOS LTDA</div> </div> <div> <div>Período da Escrituração:</div> <div>01/01/2022 a 31/12/2022</div> <div>CNPJ:</div> <div>26.699.784/0001-81</div> </div> <div> <div>Número de Ordem do Livro:</div> <div>7</div> </div> <div> <div>Período Selecionado:</div> <div>01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022</div> </div> | | | |
| Descrição | Nota | Saldo Inicial | Saldo Final |
| ATIVO | | R\$ 1.288.212,89 | R\$ 3.702.296,80 |
| ATIVO CIRCULANTE | | R\$ 1.191.576,18 | R\$ 3.605.660,09 |
| Disponibilidades | | R\$ 1.189.457,54 | R\$ 3.511.725,25 |
| Caixa | | R\$ 0,00 | R\$ 2.322.685,39 |
| Bancos | | R\$ 1.029.783,89 | R\$ 1.029.366,21 |
| Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata | | R\$ 159.673,65 | R\$ 159.673,65 |
| Créditos | | R\$ 2.118,64 | R\$ 93.934,84 |

Ademais, esses documentos são emitidos apenas por volta do quarto mês de um determinado ano, sempre remetendo suas informações ao exercício do ano anterior:

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 26/04/2023 às 16:16:39

B3.E7.39.E8.49.0C.A3.EA
FB.BB.E0.42.09.E9.83.45

Portanto, o documento apresentado é plenamente válido, vigente e fiel à realidade da empresa. Isto porque, não há sequer um lapso temporal que justifique os argumentos da Recorrente acerca da suposta falta de informação da situação financeira da EVOLUE SERVIÇOS. Ademais, caso solicitado pelo PREGOEIRO, mais documentos podem ser acostados se necessário.

3. DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA E DA PUNIÇÃO JUNTO AO CAU/PR

Assim como na argumentação confrontada no tópico anterior, não há qualquer questão tópico no edital que afirme que estipule um número específico de atestados técnicos para cada laudo ou documento que venha a ser fruto do contrato em tela. Isto se confirma no uso de termos da Lei 8.666 de 1993 que sequer está em vigor, visto que foi revogada ainda em 2021, pela Lei 14.133/21.

Conforme previsto no referido edital:

da contratação:

8.21. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.21.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados por período igual ou superior a 1 (um) ano com as seguintes características mínimas:

8.21.2. Prestação de Serviços Especializados em Engenharia e Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), com, no mínimo, as seguintes características:

- a) Execução de PMSO, PGR, LTCAT e PPP para população de, pelo menos, 211 (duzentos e onze) trabalhadores e para clientes/tomadores com, pelo menos, 9 (nove) unidades operacionais;
- b) Assessoria Técnica a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e a Brigada de Incêndio.

Dessa forma, atesta-se que os atestados técnicos acostados pela EVOLUE SERVIÇOS LTDA foram recebidos pelo Pregoeiro sem qualquer irregularidade. **Visto que todos os critérios do edital foram devidamente cumpridos e que TODOS os itens necessários foram abordados em tais documentos, mesmo que uma parte das informações esteja em um atestado e os demais o complementam.**

Já quanto a limitação de licitação, vale ressaltar o que está descrito na ATUAL Lei de Licitações, de nº 14.133/2021:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: [...]
III - impedimento de licitar e contratar; [...]

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta **do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (Grifo nosso)**

Para reafirmar tal fato, copia-se ainda um trecho da decisão da CAU/PR:

DA DECISÃO

Pelas razões acima expostas, o CAU/PR, por meio de seu Presidente, **CONHECE** o recurso interposto pela empresa EVOLUI SERVIÇOS LTDA, para, no mérito, **DAR PARCIAL PROVIMENTO**, exclusivamente na extensão de conceder o pedido de aplicação da sanção de impedimento de licitar na interpretação restritiva, qual seja, **somente fica impedida a relação licitatória e contratual da Empresa EVOLUE SERVIÇOS LTDA para com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, no prazo de 2 (dois) anos, a contar do recebimento do AR e envio desta decisão, em consonância com o instrumento contratual celebrado entre as PARTES, os princípios que regem a presente licitação, bem como a legislação vigente.**

Em suma, tendo em vista que a Licitação em tela é realizada no Estado de São Paulo, por órgão diverso do que instituiu punição em desfavor da EVOLUE SERVIÇOS, não há qualquer argumento que justifique um suposto impedimento em participar do certame em questão.

4. DOS REQUERIMENTOS

A EVOLUE SERVIÇOS LTDA tem ciência das exigências constantes no termo de Referência e declara possuir plena capacidade de atender toda a especificação constante no Edital e competência para executar o contrato, estando ciente das consequências posteriores ao fechamento do contrato e garantindo ter capacidade para manter a contratação no valor proposto ao certame.

Ante o exposto, requer que seja mantida a classificação da proposta da empresa EVOLUE SERVIÇOS LTDA, uma vez que comprovada a capacitação técnica e proposta totalmente exequível e suficiente aos contornos da contratação, garantindo assim, o respeito aos princípios basilares do procedimento, visto que os argumentos utilizados nos Recursos ora confrontados não se baseiam no edital ou em normativas vigentes.

Nesses Termos,
Pede deferimento.

Brasília/DF, 12 de março de 2024.

EVOLUE SERVIÇOS LTDA

BELIZA ELIZABETH SOBRAL EUZÉBIO

OAB/DF 77.505

